



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

MINISTRA DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

Pandemia por Covid-19 gera défice da Segurança Social em julho

O saldo global do subsetor da Segurança Social atingiu em julho um défice de 448,4 milhões de euros, o que representa uma variação de -2.059 milhões de euros face ao período homólogo.

Este resultado é explicado pelo aumento considerável da despesa efetiva, em 1.943,9 milhões de euros, ou 12,7%, devido às medidas extraordinárias adotadas para responder à pandemia por Covid-19. Verificou-se também uma redução da receita efetiva.

A receita efetiva cifrou-se em 16.772,8 milhões de euros, o que traduz uma redução de 0,7% face ao período homólogo de 2019.

Esta variação decorre, essencialmente, do decréscimo das contribuições e quotizações em 247,6 milhões de euros (-2,4%), do aumento das transferências do exterior em 28,1 milhões de euros (+4,2% do que no período homólogo) e ao aumento das transferências correntes da Administração Central em 224,8 milhões de euros.

A despesa efetiva atingiu em julho o montante de 17.221,2 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 12,7% face ao período homólogo. Esta subida foi provocada em grande medida pela introdução das medidas excecionais e temporárias no âmbito da doença por Covid-19, o que gerou um acréscimo de despesa de 1.094 milhões de euros.

O aumento da despesa efetiva em julho deveu-se ainda aos seguintes fatores:

- O aumento da despesa com pensões e complementos em 357,3 milhões de euros (mais 3,6 % do que em julho de 2019);
- O aumento da despesa com prestações de desemprego no montante de 150,8 milhões de euros, que representam um acréscimo de 21,4% face ao período homólogo;
- O aumento da despesa com a prestação social para a inclusão (PSI) e complemento, no montante de 50,2 milhões de euros (+26,6% do que o período homólogo);
- O aumento da despesa com o subsídio e complemento por doença em 59,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 16,5% em relação ao período homólogo;
- O aumento da despesa com prestações de parentalidade em 44,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 13,1% face ao período homólogo;
- O aumento da despesa com subsídios e transferências correntes, relativos à vertente de formação profissional e de ação social, em 19,1% face a julho de 2019, traduzindo-se num aumento de despesa de 107,9 milhões de euros.